



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2016/00150

Brasília, 13 de outubro de 2016.

Objetivo da reunião: Acompanhamento do Projeto Processo Judicial Eletrônico da Justiça Federal

Horário e local: 10:00 - Sala 201

Assunto: Implantação de sistemas

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Reginaldo Márcio Pereira	MAGISTRADO	JA-CG
Ivan Gomes Bonifácio	SECRETARIO	SEG
Lúcio Melre da Silva	SECRETARIO	STI
Edimilson Cavalcante de Oliveira	SUBSECRETARIO	SUMOG
Gustavo Bicalho Ferreira da Silva	SECRETARIO	SPO
Marcelo Velasco Albernaz (marcelo.albernaz@trf1.jus.br)	JUIZ FEDERAL DA 1ª REGIÃO	TRF1
Marcos Barbosa Andrade (marcos.barbosa@trf1.jus.br)	DIRETOR DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SECIN	TRF1
Yuri Oliveira de Andrade Freitas (yuri@trf1.jus.br)	GERENTE DO PROJETO PJE NA 1ª REGIÃO	TRF1
Leonardo Santos Carvalho (leonardo.carvalho@trf2.jus.br)	DIRETOR DA SECRETARIA DE ATIVIDADES JUDICIÁRIAS	TRF2
Paulo Cezar Neves Junior (pcjunior@trf3.jus.br / diretorforo@trf3.jus.br)	DIRETOR DO FORO - SJSP	TRF3
Ednaldo da Silva Ferreira (esferrei@trf3.jus.br)	DIRETOR DO NÚCLEO DE PROCESSO ELETRÔNICO	TRF3
David Panessa Baccelli (dbacelli@trf3.jus.br)	ASSESSOR DE GESTÃO DOS SISTEMAS DA INFORMAÇÃO	TRF3
Jader Carlos Videira (jcvideir@trf3.jus.br)	DIRETOR DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - SETI	TRF3

Alexandre do Nascimento da Silva (ansilva@trf3.jus.br)	DIRETOR DA SECRETARIA JUDICIÁRIA	TRF3
Aurea Lucia Machado Honda	DIRETORA DA SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO	TRF3
Fabio Rodrigo Cuzzatti	DIRETOR DA DIVISÃO DO SISTEMA DOS JUIZADOS	TRF3
Eduardo Tonetto Picarelli (picarelli@trf4.jus.br / secdf@jfrs.jus.br)	DIRETOR DO FORO DA JFRS	TRF4
Cristian Ramos Prange (cristian.prange@trf4.jus.br / crp@trf4.jus.br)	DIRETOR DA DIRETORIA DE INFORMÁTICA DO TRF4	TRF4
Ivan Scarparo Forgearini (isf@trf4.jus.br)	DIRETOR DA SECRETARIA DE SISTEMAS JUDICIAIS	TRF4
Ricardo Sergio Schmitz	SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	TRF5

<p>Pauta</p> <p>1. Alteração na Coordenação do Comitê Gestor do PJe-JF</p> <p>Dr. Reginaldo abre a reunião, informando que o Corregedor-Geral da Justiça Federal, visando aproximar a gestão do projeto PJe do centro decisório, em Brasília, designou o Dr. Marcelo Albernaz para assumir a coordenação do Comitê Gestor e aproveitou a oportunidade para reconhecer a contribuição Desembargador Paulo Sérgio Domingues na condução do Projeto.</p> <p>2. Pendências da última reunião</p> <p>Item 1.1 - Após o Corregedor-Geral receber e aprovar o Projeto Gestão da Informação Judicial, o CNJ será informado sobre os objetivos e escopo da iniciativa. Itens 2.1 e 2.2 - As ações pendentes serão efetivadas após o levantamento que está sendo realizado pelo Dr. Anderson Furlan a respeito da execução fiscal no âmbito da 4ª. Região. Item 3.1 - foram recebidos os cronogramas de implantação do PJe na 1ª. e 3ª. Regiões. A 5ª Região não encaminhou a informação. Item 4.1 - Yuri informa que não há mais necessidade de oficiar o CNJ para solicitar esclarecimentos sobre o WILDFLY, pois a versão 7.0 do JBoss EAP é compatível com a versão PJe 2.0. Item 4.2 - A Comissão Técnica de Negócio concluiu o trabalho de padronização da tabela de petições e documentos, tendo reduzido de cerca de 1500 registros para pouco mais de 300 documentos. Acrescenta que fará o encaminhamento ao COGETAB, conforme previamente aprovado pelo Comitê Gestor.</p> <p>3. Implantação do PJe nas Regiões</p> <p>A implantação do PJe será acompanhada a partir dos dados no Observatório da Justiça Federal, onde serão publicados os indicadores "Órgãos Julgadores" e "Casos Novos", por mês, por instância e por região. Na área "Ações Futuras" será divulgado os cronogramas de implantação. A seguir breve relato da implantação: TRF1 - foram distribuídos 32.633 processos, sendo 7.240 no 2º grau e 25.393 no 1º grau. Ocorreu a implantação na Bahia, em mais de 15 subseções e na capital. Prevê até o final do ano a expansão em Roraima para todas as classes cíveis, exceto JEF, execuções fiscais e criminal, e a instalação em dezembro em Minas Gerais. TRF2 - informa que o cronograma do projeto foi apresentado e já tem as minutas que institui o Comitê Gestor Regional. TRF3 - realizado treinamento da SJSP em</p>
--

mais de 30 varas. Já há cerca de 12 mil processos distribuídos (1º e 2º graus). Prevê que em outubro o indicador irá aumentar significativamente com a implantação na Subseção de São Paulo (varas cíveis e previdenciárias). Em novembro será implantado nas Subseções de Guarulhos, Santo André e São Carlos e a classe execução fiscal em São Paulo. TRF5 - não informou.

4. Mapa de Implantação do PJe

O Comitê deliberou publicar no Observatório o mapa geográfico de implantação do PJe e acrescentar o indicador total de processos distribuídos no PJe na Justiça Federal.

5. Orçamento do PJe

O Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças do CJF expõe os impactos da PEC 241, que cria o Novo Regime Fiscal, e sugere ao Comitê Gestor formalizar junto ao CNJ a flexibilização na aplicação do orçamento destinado ao PJe, no sentido que se possa executar os recursos disponíveis até o final de 2016. Esclarece, ainda, a necessidade de efetivo pagamento das despesas para atender ao critério fixado pela PEC 241. O Comitê delibera propor ao CNJ a flexibilização ampla no uso dos recursos para aplicá-los em equipamentos de infraestrutura e serviços, claramente identificáveis e relacionados ao Projeto PJe-JF. A execução orçamentária deverá ser apresentada ao Comitê Gestor, para análise.

6. Equipe de desenvolvimento do PJe

Dr. Marcelo apresenta a proposta discutida com o Corregedor-Geral para criação de um grupo de trabalho, de três a cinco servidores, para realizar o desenvolvimento de soluções para o PJe, a partir das demandas da Justiça Federal identificadas e informadas ao CNJ (issues). Este grupo estaria subordinado à Corregedoria-Geral e coordenado pelo Comitê Gestor, com suporte da Comissão Técnica de Negócio e da Comissão Técnica de TI. Alguns dos presentes manifestam que este seria um modelo caro do ponto de vista orçamentário em razão do pagamento de diárias e passagens, sendo que o trabalho poderia ser feito a distância, mediante a adoção de um modelo de desenvolvimento colaborativo e o estabelecimento de objetivos e metas. Melre informa que haverá a necessidade de imersão no CNJ dos integrantes dessa equipe de desenvolvimento e que, futuramente, estes profissionais poderiam retornar aos órgãos de origem, mas que sua dedicação tem que ser integral ao sistema PJe. Informa, ainda, que existem alguns pré-requisitos que precisam ser atendidos e que, podem existir servidores de outras áreas que não a TI com interesse de se deslocarem para Brasília. Quanto aos membros do grupo, aventa-se a possibilidade que servidores do STJ possam integrá-lo; a 1ª. Região informa que atualmente dispõe de somente três servidores que podem atuar de forma colaborativa a distância, sem garantia de dedicação exclusiva, devido às necessidades internas à Justiça Federal da 1ª Região, principalmente durante a implantação do PJe e a migração dos sistemas legados para o PJe; a 2ª. Região informa que poderia dispor de dois servidores para participarem do treinamento; a 3ª. Região não informa quantos servidores poderia dispor, sendo contra a proposta de criar um grupo lotado em Brasília, mas se compromete desenvolver na região para a versão nacional; a 4ª. Região informa que não participaria do grupo, sendo essa a posição da Presidência. A 5ª. Região informa que não pode disponibilizar servidores, mas que poderia dispor dos serviços da fábrica de software contratada pelo TRF5. O CJF informa que poderia utilizar a fábrica de software para esse trabalho, mas que é necessário a participação de funcionários como líderes de projeto. Discute-se a necessidade de se criar um grupo de homologadores, mas sobre esse assunto o comitê não chega a deliberar. Melre propõe que a Comissão Técnica de Tecnologia da Informação se reúna para discutir e elaborar uma proposta de trabalho a ser apresentada ao Comitê Gestor na próxima reunião. A proposta foi acatada pelo Comitê.

7. Tabela de assuntos do sistema de precatórios

A 3ª. Região relata problemas que estão ocorrendo por incompatibilidades constatada na tabela de assuntos do sistema de precatórios do CJF, que utiliza a antiga tabela de assuntos do CNJ. Melre solicita ao TRF3 (Jader) que lhe encaminhe a demanda para que possa verificar, em conjunto com a SPO/CJF, o que pode estar ocorrendo e como solucionar a questão. Observa-se ser um assunto geral, não afeto diretamente ao PJe.

8. Próxima reunião

8 de novembro de 2016.

9.

Participante extra: Dinalva da Conceição Machado, Diretora do Núcleo de Apoio Judiciário - SJSP.

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
4.1	Informar ao Observatório da JF dados para publicação do mapa geográfico de implantação do PJe	Gerentes de projeto	30/11/2016
4.2	Informar ao Observatório da JF dados para publicação do	Gerentes de projeto	28/10/2016
5.1	Propor ao CNJ a flexibilização ampla dos recursos orçamentários dos PJe	Comitê Gestor do PJe-JF	28/10/2016
6.1	Elaborar, em conjunto com os secretários de TI, proposta de trabalho para constituição de grupo de desenvolvimento para o PJe	Lúcio Melre	28/10/2016
7.1	Encaminhar os códigos de assuntos da tabela de precatórios.	Jader (TRF3)	21/10/2016
7.2	Solucionar, em conjunto com a SPO, problemas relatados pelo TRF3 referentes à tabela de precatórios	Lúcio Melre	28/10/2016

EDIMILSON CAVALCANTE DE OLIVEIRA
SUBSECRETARIO
SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

IVAN GOMES BONIFÁCIO
SECRETARIO
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA

LÚCIO MELRE DA SILVA
SECRETARIO
SECRETARIA DA TECNOLOGIA DA INFORMACAO